



Exame Final de Direito Constitucional

Época especial | Ano letivo 2021/2022

23/03/2022

Duração: 3 horas

Apenas é permitida a consulta da Constituição da República Portuguesa.
Leia atentamente todas as questões. O exame tem 2 (duas) páginas.

Grupo I

Tendo em conta as disposições transcritas abaixo da Constituição da Estónia de 1992, responda, sucinta e fundamentadamente, às seguintes perguntas:

- Que semelhanças e diferenças encontra entre o sistema de governo estónio, por um lado, e os sistemas de governo americano e alemão, por outro? **(4 valores)**
- O modo de designação do Chefe de Estado estónio é mais parecido com o modo de designação do Chefe de Estado sob a Constituição da República Portuguesa de 1911 ou com o modo de designação do Chefe de Estado sob a Constituição da República Portuguesa de 1976? **(3 valores)**

§ 79. O Presidente é eleito pelo Parlamento.

§ 89. Dentro de catorze dias após a realização de eleições legislativas, o Presidente nomeia um candidato a Primeiro-Ministro. O Parlamento decidirá se autorizará o candidato a primeiro-ministro a formar governo. Depois de autorizado pelo parlamento a formar o novo governo, o candidato a Primeiro-Ministro indica a lista dos seus membros ao Presidente, que os nomeará como membros do Governo.

§ 92. Implica a demissão do Governo a aprovação de uma moção de censura pelo Parlamento.

§ 97. Se o Parlamento aprovar uma moção de censura no Governo, o Presidente poderá, mediante proposta do Governo, dissolver o Parlamento.

Grupo II

Comente duas das três seguintes afirmações, explicitando de modo fundamentado se concorda ou discorda das mesmas:

- O povo português é soberano apenas porque a Constituição da República Portuguesa lhe atribui essa soberania, nomeadamente através do artigo 3.º, n.º 1. **(3 valores)**
- No direito constitucional português vigora o mesmo princípio da soberania parlamentar que no Reino Unido e nos Estados Unidos da América. **(3 valores)**
- O elenco constitucional das competências que o Presidente da República Portuguesa pode exercer é irrelevante, dado que, como para qualquer outro cidadão, vale para ele a regra segundo a qual tudo o que não lhe é proibido lhe é permitido. **(3 valores)**



Grupo III

Resolva o seguinte caso prático.

Alberto Campos, latifundiário alentejano, conhecido pelos amigos como Agroberto, deseja instalar um campo de tiro para treinar novas gerações de caçadores. Na sua vastíssima propriedade, encontra-se uma área de nidificação de cegonhas.

Agroberto foi surpreendido esta semana com um Decreto-Lei que proíbe, em todo o ano, a utilização de campos de tiro a menos de um quilómetro de áreas de nidificação de cegonhas. Agroberto afirma que esse Decreto-Lei é inconstitucional por três motivos.

Primeiro, porque, alega, viola o direito de propriedade que, por ser um direito constitucionalmente consagrado (nomeadamente, no artigo 62.º da CRP), não permite quaisquer limitações legais ao que as pessoas podem fazer com a sua propriedade.

Segundo, porque considera que era totalmente escusado ao legislador proibir a atividade de campos de tiro no inverno, quando as cegonhas, espécie migratória, não se encontram sequer em Portugal.

Em terceiro lugar, porque os artigos 9.º, e) e 66.º, n.º 1, da CRP, que o Governo invoca como justificação para a aprovação do Decreto-Lei, são normas meramente programáticas que deixam inteiramente à sua escolha a decisão de estabelecer ou não estabelecer legislação para proteger o meio ambiente.

Agroberto tem razão na sua argumentação? (7 valores)